



## CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM

Filiado ao Conselho Internacional de Enfermeiros - Genebra

### RESOLUÇÃO COFEN Nº 282/2003

*Dispõe sobre o procedimento de inclusão e exclusão de inadimplentes com o Sistema COFEN/CORENs no Cadastro Informativo dos débitos não quitados de órgãos e entidades federais (CADIN).*

O Conselho Federal de Enfermagem - COFEN, no uso de suas atribuições legais e regimentais;

**CONSIDERANDO** o artigo 8º, inciso IV da Lei 5.905/73;

**CONSIDERANDO** o artigo 14, do Decreto 94.406/87;

**CONSIDERANDO** o que dispõe a Lei nº 2.604/55, em seu artigo 12;

**CONSIDERANDO** o artigo 74, da Resolução COFEN 240/2000;

**CONSIDERANDO** a Resolução COFEN 250/2000;

**CONSIDERANDO** os ditames da Lei Federal nº 10.522, de 19 de julho de 2002;

**CONSIDERANDO** deliberação do Plenário em sua Reunião Ordinária nº 312;

#### **RESOLVE:**

**Artigo 1º** - Serão incluídos no CADIN as pessoas físicas/jurídicas que tiverem débitos não regularizados junto ao Sistema COFEN/CORENS, ou ainda, que seja determinada a inclusão por qualquer órgão de Controle Externo.

**Artigo 2º** - Para que se proceda a inclusão do devedor, o Conselho Regional deverá encaminhar ao COFEN documento autorizando o respectivo registro, antecedido da abertura de procedimento administrativo para apuração do débito.

**CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM**

**Artigo 3º** - A inclusão no CADIN será efetivada 75 (setenta e cinco) dias após o Conselho Regional comunicar ao devedor a existência do débito sujeito ao registro, devendo constar na mesma o prazo máximo de 30 (trinta) dias para comparecimento ao Regional.

§ 1º - No caso de comunicação postal, remetida via AR, ao endereço declarado junto ao Regional no qual possui inscrição, será considerado entregue após 15 (quinze) dias da respectiva expedição.

§ 2º - O comunicado tem por objetivo oferecer a oportunidade do inadimplente apresentar comprovação, caso esteja regularizado o débito, ou efetuar a quitação do mesmo, sem que se concretize a aludida inclusão.

§ 3º - É responsabilidade do devedor que, ao regularizar o débito, informe a quitação, para a baixa devida no prazo legal.

**Artigo 4º** - Cabe ao Conselho Regional remeter ao COFEN, sob sua responsabilidade, listagem contendo:

- a) Nome do devedor e número da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF ou CNPJ;
- b) Número de inscrição e outros dados identificadores;
- c) Data do registro da notificação, prevista no artigo 3º.

**Artigo 5º** - Deverá ser suspenso o registro no CADIN sempre que:

- a) O devedor ajuizar ação para discutir a natureza da obrigação ou o seu valor, com o respectivo oferecimento de garantia idônea e suficiente ao juízo;
- b) Suspensa a exigibilidade do crédito objeto do registro.

**Artigo 6º** - Proceder-se-á a exclusão do registro no CADIN:

- a) Mediante a comunicação de pagamento integral do débito;
- b) Após a comprovação de quitação do pagamento da primeira parcela do débito, no caso de parcelamento.

**Artigo 7º** - O Conselho Regional comunicará ao COFEN, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, após comprovada pelo devedor a quitação integral ou parcial do débito, para que se proceda a exclusão do registro no CADIN.

§ 1º - O parcelamento constituirá em confissão irretratável de dívida.

**CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM**

§ 2º - O titular deverá ser notificado pelo COREN, da obrigação de comunicação do pagamento do débito, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, para que seja regularizada a exclusão do registro.

§ 3º - A falta de pagamento de duas parcelas implicará na imediata rescisão do parcelamento e, conforme o caso, na remessa do débito para a reinscrição no CADIN e Dívida Ativa da União, ou no prosseguimento da execução.

**Artigo 8º** - É vedada a concessão de parcelamento de débito enquanto não for integralmente pago o parcelamento anterior, caso haja.

**Artigo 9º** - Sendo o COFEN informado do parcelamento ou do pagamento integral da dívida, procederá a exclusão do registro em 05 (cinco) dias úteis.

*Parágrafo único* - Na impossibilidade da baixa ser efetuada no prazo indicado no caput, o COFEN fornecerá a Certidão de Regularidade do Débito, caso não haja outras pendências de regularização.

**Artigo 10** - As informações constantes na relação encaminhada pelo COREN, para o procedimento de inclusão, serão de sua inteira responsabilidade, não recaindo sobre o COFEN quaisquer ônus oriundos do registro no CADIN.

*Parágrafo único* - Em caso de discussão judicial do débito, o COREN terá, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a obrigação de comunicar ao COFEN a sua existência, para que se proceda a regular exclusão.

**Artigo 11** - A notificação, prevista no caput do artigo 3º, bem como, a declaração constante no § 3º, do artigo 3º, são partes integrantes do presente ato.

**Artigo 12** - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 05 de agosto de 2003.

  
**Gilberto Linhares Teixeira**  
COREN-RJ nº 2380  
*Presidente*

  
**Carmem de Almeida da Silva**  
COREN-SP nº 2254  
*Primeira-Secretária*

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO  
FEDERAL E TERRITÓRIOS****DESPACHOS DO PRESIDENTE**  
Em 7 de agosto de 2003

Nos termos da proposição da Secretaria Geral, ratifico a inexigibilidade de licitação referente ao credenciamento do Instituto Brasileiro de Oncologia Clínica S/C, no Pró-Saúde, conforme o artigo 25, caput, da Lei N. 8.666/93. Valor Total: R\$ 233.714,22. (PA. N. 15.166/2002).

(Of. El. nº 377)

Em 8 de agosto de 2003

Nos termos da proposição da Secretaria Geral, ratifico a inexigibilidade de licitação referente à inscrição de 03 servidoras no "Congresso Nacional de Recursos Humanos", em favor da ABRH - Associação Brasileira de Recursos Humanos, conforme o artigo 25, II, c/c artigo 13, VI, da Lei N. 8.666/93. Valor total: R\$ 4.470,00. (PA. N. 11900/2003).

Desembargador NATANAEL CAETANO

(Of. El. nº 376)

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO**  
16ª REGIÃO**DESPACHOS**

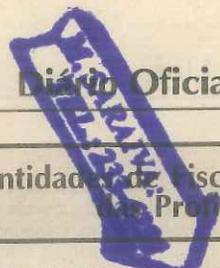
Reconheço a dispensabilidade de licitação identificada no PA-1404/2003, referente à despesa com a contratação do Fotógrafo, Romeu Ribeiro de Sousa, para produção de 300 (trezentas) fotografias/ano de acordo com o Termo de Referência, ao preço total de R\$ 1.950,00 (mil novecentos e cinquenta reais), com base no art. 24, V, da Lei 8.666/93.

São Luís, 6 de agosto de 2003  
MANOEL PEDRO CASTRO  
Diretor-Geral

Ratifico, a decisão de V.Sª., nos termos da comunicação supra por atender os requisitos legais.

São Luís, 6 de agosto de 2003  
Desembargador JOSÉ EVANDRO DE SOUZA  
Presidente do Tribunal

(Of. El. nº 88/2003)

**Entidade de Fiscalização do Exercício  
das Profissões Liberais****CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM****RESOLUÇÃO Nº 282, DE 5 DE AGOSTO DE 2003**

Dispõe sobre o procedimento de inclusão e exclusão de inadimplentes com o Sistema COFEN/CORENs no Cadastro Informativo dos débitos não quitados de órgãos e entidades federais (CADIN).

O CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM-COFEN, no uso de suas atribuições legais e regimentais; CONSIDERANDO o artigo 8º, inciso IV da Lei 5.905/73; CONSIDERANDO o artigo 14, do Decreto 94.406/87; CONSIDERANDO o que dispõe a Lei nº 2.604/55, em seu artigo 12; CONSIDERANDO o artigo 74, da Resolução COFEN 240/2000; CONSIDERANDO a Resolução COFEN 250/2000; CONSIDERANDO os ditames da Lei Federal nº 10.522, de 19 de julho de 2002; CONSIDERANDO deliberação do Plenário em sua Reunião Ordinária nº 312; resolve: Artigo 1º - Serão incluídos no CADIN as pessoas físicas/jurídicas que tiverem débitos não regularizados junto ao Sistema COFEN/CORENs, ou ainda, que seja determinada a inclusão por qualquer órgão de Controle Externo. Artigo 2º - Para que se proceda a inclusão do devedor, o Conselho Regional deverá encaminhar ao COFEN documento autorizando o respectivo registro, antecedido da abertura de procedimento administrativo para apuração do débito. Artigo 3º - A inclusão no CADIN será efetivada 75 (setenta e cinco) dias após o Conselho Regional comunicar ao devedor a existência do débito sujeito ao registro, devendo constar na mesma o prazo máximo de 30 (trinta) dias para comparecimento ao Regional. § 1º - No caso de comunicação postal, remetida via AR, ao endereço declarado junto ao Regional no qual possui inscrição, será considerado entregue após 15 (quinze) dias da respectiva expedição. § 2º - O comunicado tem por objetivo oferecer a oportunidade do inadimplente apresentar comprovação, caso esteja regularizado o débito, ou efetuar a quitação do mesmo, sem que se concretize a aludida inclusão. § 3º - É responsabilidade do devedor que, ao regularizar o débito, informe a quitação, para a baixa devida no prazo legal. Artigo 4º - Cabe ao Conselho Regional remeter ao COFEN, sob sua responsabilidade, listagem contendo: a) Nome do devedor e número da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF ou CNPJ; b) Número de inscrição e outros dados identificadores; c)

*Em qual Diário VOCÊ poder  
a matéria de seu inter*

**DIÁRIO OFICIAL****Seção 1***Destinada à publicação de Leis,***Saiba**



**Senado Federal**  
Subsecretaria de Informações

**Data**      **Link**  
19/07/2002 [Referência](#)

**LEI Nº 10.522, DE 19 DE JULHO DE 2002**

*Dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais e dá outras providências.*

**FAÇO SABER QUE O CONGRESSO NACIONAL DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:**

**Art. 1º** O Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin) passa a ser regulado por esta Lei.

**Art. 2º** O Cadin conterá relação das pessoas físicas e jurídicas que:

I - sejam responsáveis por obrigações pecuniárias vencidas e não pagas, para com órgãos e entidades da Administração Pública Federal, direta e indireta;

II - estejam com a inscrição nos cadastros indicados, do Ministério da Fazenda, em uma das seguintes situações:

a) suspensa ou cancelada no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF;

b) declarada inapta perante o Cadastro Geral de Contribuintes - CGC.

§ 1º Os órgãos e as entidades a que se refere o inciso I procederão, segundo normas próprias e sob sua exclusiva responsabilidade, às inclusões no Cadin, de pessoas físicas ou jurídicas que se enquadrem nas hipóteses previstas neste artigo.

→ § 2º A inclusão no Cadin far-se-á 75 (setenta e cinco) dias após a comunicação ao devedor da existência do débito passível de inscrição naquele Cadastro, fornecendo-se todas as informações pertinentes ao débito.

§ 3º Tratando-se de comunicação expedida por via postal ou telegráfica, para o endereço indicado no instrumento que deu origem ao débito, considerar-se-á entregue após 15 (quinze) dias da respectiva expedição.

§ 4º A notificação expedida pela Secretaria da Receita Federal ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, dando conhecimento ao devedor da existência do débito ou da sua inscrição em Dívida Ativa atenderá ao disposto no § 2.

§ 5º Comprovado ter sido regularizada a situação que deu causa à inclusão no Cadin, o órgão ou a entidade responsável pelo registro procederá, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, à respectiva baixa.

§ 6º Na impossibilidade de a baixa ser efetuada no prazo indicado no § 5, o órgão ou a entidade credora fornecerá a certidão de regularidade do débito, caso não haja outros pendentes de regularização.

§ 7º A inclusão no Cadin sem a expedição da comunicação ou da notificação de que tratam os §§ 2º e 4, ou a não exclusão, nas condições e no prazo previstos no § 5, sujeitará o responsável às penalidades cominadas pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho).

§ 8º O disposto neste artigo não se aplica aos débitos referentes a preços de serviços públicos ou a operações financeiras que não envolvam recursos orçamentários.

**Art. 3º** As informações fornecidas pelos órgãos e entidades integrantes do Cadin serão centralizadas no Sistema de Informações do Banco Central do Brasil - Sisbacen, cabendo à Secretaria do Tesouro Nacional expedir orientações de natureza normativa, inclusive quanto ao disciplinamento das respectivas inclusões e exclusões.

**Parágrafo único.** As pessoas físicas e jurídicas incluídas no Cadin terão acesso às informações a elas referentes, diretamente junto ao órgão ou entidade responsável pelo

registro, ou, mediante autorização, por intermédio de qualquer outro órgão ou entidade integrante do Cadin

**Art. 4º** A inexistência de registro no Cadin não implica reconhecimento de regularidade de situação, nem elide a apresentação dos documentos exigidos em lei, decreto ou demais atos normativos.

§ 1º No caso de operações de crédito contratadas por instituições financeiras, no âmbito de programas oficiais de apoio à microempresa e empresa de pequeno porte, ficam as mutuárias, no caso de não estarem inscritas no Cadin, dispensadas da apresentação, inclusive aos cartórios, quando do registro dos instrumentos de crédito e respectivas garantias, de quaisquer certidões exigidas em lei, decreto ou demais atos normativos, comprobatórias da quitação de quaisquer tributos e contribuições federais.

§ 2º O disposto no § 1º aplica-se também aos mini e pequenos produtores rurais e aos agricultores familiares.

**Art. 5º** O Cadin conterá as seguintes informações:

- I - nome e número de inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes - CGC ou no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF, do responsável pelas obrigações de que trata o art. 2, inciso I;
- II - nome e outros dados identificadores das pessoas jurídicas ou físicas que estejam na situação prevista no art. 2, inciso II, inclusive a indicação do número da inscrição suspensa ou cancelada;
- III - nome e número de inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes - CGC, endereço e telefone do respectivo credor ou do órgão responsável pela inclusão;
- IV - data do registro.

Parágrafo único. Cada órgão ou entidade a que se refere o inciso I do art. 2º manterá, sob sua responsabilidade, cadastro contendo informações detalhadas sobre as operações ou situações que tenham registrado no Cadin, inclusive para atender ao que dispõe o parágrafo único do art. 3.

**Art. 6º** É obrigatória a consulta prévia ao Cadin, pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, direta e indireta, para:

- I - realização de operações de crédito que envolvam a utilização de recursos públicos;
- II - concessão de incentivos fiscais e financeiros;
- III - celebração de convênios, acordos, ajustes ou contratos que envolvam desembolso, a qualquer título, de recursos públicos, e respectivos aditamentos.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica:

- I - à concessão de auxílios a Municípios atingidos por calamidade pública reconhecida pelo Governo Federal;
- II - às operações destinadas à composição e regularização dos créditos e obrigações objeto de registro no Cadin, sem desembolso de recursos por parte do órgão ou entidade credora;
- III - às operações relativas ao crédito educativo e ao penhor civil de bens de uso pessoal ou doméstico.

**Art. 7º** Será suspenso o registro no Cadin quando o devedor comprove que:

- I - tenha ajuizado ação, com o objetivo de discutir a natureza da obrigação ou o seu valor, com o oferecimento de garantia idônea e suficiente ao Juízo, na forma da lei;
- II - esteja suspensa a exigibilidade do crédito objeto do registro, nos termos da lei.

**Art. 8º** A não-observância do disposto no § 1º do art. 2º e nos arts. 6º e 7º desta Lei sujeita os responsáveis às sanções da Lei nº 8.112, de 1990, e do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943.

**Art. 9º** Fica suspensa, até 31 de dezembro de 1999, a aplicação do disposto no caput do art. 22, e no seu § 2, do Decreto-Lei nº 147, de 3 de fevereiro de 1967, na redação que lhes deram o art. 4º do Decreto-Lei nº 1.687, de 18 de julho de 1979, e o art. 10 do Decreto-Lei nº 2.163, de 19 de setembro de 1984.

Parágrafo único. O Ministro de Estado da Fazenda estabelecerá cronograma, prioridades e condições para a remessa, às unidades da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, dos débitos passíveis de inscrição em Dívida Ativa da União e cobrança judicial.

**Art. 10.** Os débitos de qualquer natureza para com a Fazenda Nacional poderão ser parcelados em até 30 (trinta) parcelas mensais, a exclusivo critério da autoridade fazendária, na forma e condições previstas nesta Lei.

Parágrafo único. O Ministro de Estado da Fazenda poderá delegar, com ou sem o estabelecimento de alçadas de valor, a competência para autorizar o parcelamento.

**Art. 11.** Ao formular o pedido de parcelamento, o devedor deverá comprovar o recolhimento de valor correspondente à primeira parcela, conforme o montante do débito e o prazo solicitado.

§ 1º Observados os limites e as condições estabelecidos em portaria do Ministro de Estado da Fazenda, em se tratando de débitos inscritos em Dívida Ativa, a concessão do parcelamento fica condicionada à apresentação, pelo devedor, de garantia real ou fidejussória, inclusive fiança bancária, idônea e suficiente para o pagamento do débito, exceto quando se tratar de microempresas e empresas de pequeno porte optantes pela inscrição no Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte - Simples, de que trata a Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996.

§ 2º Enquanto não deferido o pedido, o devedor fica obrigado a recolher, a cada mês, como antecipação, valor correspondente a uma parcela.

§ 3º O não-cumprimento do disposto neste artigo implicará o indeferimento do pedido.

§ 4º Considerar-se-á automaticamente deferido o parcelamento, em caso de não manifestação da autoridade fazendária no prazo de 90 (noventa) dias, contado da data da protocolização do pedido.

§ 5º O pedido de parcelamento constitui confissão irretratável de dívida, mas a exatidão do valor dele constante poderá ser objeto de verificação.

§ 6º Atendendo ao princípio da economicidade, observados os termos, os limites e as condições estabelecidos em ato do Ministro de Estado da Fazenda, poderá ser concedido, de ofício, parcelamento simplificado, importando o pagamento da primeira parcela confissão irretratável da dívida e adesão ao sistema de parcelamentos de que trata esta Lei.

§ 7º Ao parcelamento de que trata o § 6º não se aplicam as vedações estabelecidas no art. 14.

§ 8º Descumprido o parcelamento garantido por faturamento ou rendimentos do devedor, poderá a Fazenda Nacional realizar a penhora preferencial destes, na execução fiscal, que consistirá em depósito mensal à ordem do Juízo, ficando o devedor obrigado a comprovar o valor do faturamento ou rendimentos no mês, mediante documentação hábil.

§ 9º O parcelamento simplificado de que trata o § 6º deste artigo estende-se às contribuições e demais importâncias arrecadadas pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, na forma e condições estabelecidas pelo Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social.

**Art. 12.** O débito objeto do parcelamento, nos termos desta Lei, será consolidado na data da concessão, deduzido o valor dos recolhimentos efetuados como antecipação, na forma do disposto no art. 11 e seu § 2, e dividido pelo número de parcelas restantes.

§ 1º Para os fins deste artigo, os débitos expressos em Unidade Fiscal de Referência - Ufir terão o seu valor convertido em moeda nacional, adotando-se, para esse fim, o valor da Ufir na data da concessão.

§ 2º No caso de parcelamento de débito inscrito como Dívida Ativa, o devedor pagará as custas, emolumentos e demais encargos legais.

§ 3º O valor mínimo de cada parcela será fixado pelo Ministro de Estado da Fazenda.

§ 4º Mensalmente, cada órgão ou entidade publicará demonstrativo dos parcelamentos deferidos no âmbito das respectivas competências.

**Art. 13.** O valor de cada prestação mensal, por ocasião do pagamento, será acrescido de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir da data do

deferimento até o mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado.

Parágrafo único. A falta de pagamento de duas prestações implicará imediata rescisão do parcelamento e, conforme o caso, a remessa do débito para a inscrição em Dívida Ativa da União ou o prosseguimento da execução, vedado, em qualquer caso, o parcelamento.

**Art. 14.** É vedada a concessão de parcelamento de débitos relativos a:

I - Imposto de Renda Retido na Fonte ou descontado de terceiros e não recolhido ao Tesouro Nacional;

II - Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro e sobre Operações relativas a Títulos e Valores Mobiliários - IOF, retido e não recolhido ao Tesouro Nacional;

III - valores recebidos pelos agentes arrecadadores não recolhidos aos cofres públicos.

Parágrafo único. É vedada, igualmente, a concessão de parcelamento de débitos enquanto não integralmente pago parcelamento anterior, relativo ao mesmo tributo, contribuição ou qualquer outra exação.

**Art. 15.** Observados os requisitos e as condições estabelecidos nesta Lei, os parcelamentos de débitos vencidos até 31 de julho de 1998 poderão ser efetuados em até:

I - 96 (noventa e seis) prestações, se solicitados até 31 de outubro de 1998;

II - 72 (setenta e duas) prestações, se solicitados até 30 de novembro de 1998;

III - 60 (sessenta) prestações, se solicitados até 31 de dezembro de 1998.

§ 1º O disposto neste artigo aplica-se aos débitos de qualquer natureza para com a Fazenda Nacional, inscritos ou não como Dívida Ativa, mesmo em fase de execução fiscal já ajuizada, ou que tenham sido objeto de parcelamento anterior, não integralmente quitado, ainda que cancelado por falta de pagamento.

§ 2º A vedação de que trata o art. 14, na hipótese a que se refere este artigo, não se aplica a entidades esportivas e entidades assistenciais, sem fins lucrativos.

§ 3º Ao parcelamento previsto neste artigo, inclusive os requeridos e já concedidos, a partir de 29 de junho de 1998, aplicam-se os juros de que trata o art. 13.

§ 4º Constitui condição para o deferimento do pedido de parcelamento e sua manutenção a inexistência de débitos em situação irregular, de tributos e contribuições federais de responsabilidade do sujeito passivo, vencidos posteriormente a 31 de dezembro de 1997.

§ 5º O Ministro de Estado da Fazenda fixará requisitos e condições especiais para o parcelamento previsto no caput deste artigo.

**Art. 16.** Os débitos para com a Fazenda Nacional, decorrentes de avais e outras garantias honradas em operações externas e internas e os de natureza financeira transferidos à União por força da extinção de entidades públicas federais, existentes em 30 de setembro de 1996, incluindo eventuais repactuações, poderão ser parcelados com prazo de até 72 (setenta e dois) meses, desde que os pedidos de parcelamento sejam protocolizados até 15 de abril de 1997, obedecidos aos requisitos e demais condições estabelecidos nesta Lei.

§ 1º O saldo devedor da dívida será atualizado no primeiro dia útil de cada mês, de acordo com a variação da Taxa Referencial - TR, ocorrida no mês anterior, acrescida de 12% a.a. (doze por cento ao ano), mais 0,5% a.a. (cinco décimos por cento ao ano) sobre o saldo devedor destinado à administração do crédito pelo agente financeiro.

§ 2º O parcelamento será formalizado, mediante a celebração de contrato de confissão, consolidação e parcelamento de dívida, sem implicar novação, junto ao Banco do Brasil S.A., na qualidade de agente financeiro do Tesouro Nacional.

§ 3º Os contratos de parcelamento das dívidas decorrentes de honra de aval em operações externas incluirão, obrigatoriamente, cláusula que autorize o bloqueio de recursos na rede bancária, à falta de pagamento de qualquer parcela, decorridos 30 (trinta) dias do vencimento.

**Art. 17.** Fica acrescentado o seguinte parágrafo ao art. 84 da Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995:

"Art. 84. ....

§ 8º O disposto neste artigo aplica-se aos demais créditos da Fazenda Nacional, cuja inscrição e cobrança como Dívida Ativa da União seja de competência da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional." (NR)

**Art. 18.** Ficam dispensados a constituição de créditos da Fazenda Nacional, a inscrição como Dívida Ativa da União, o ajuizamento da respectiva execução fiscal, bem assim cancelados o lançamento e a inscrição, relativamente:

- I - à contribuição de que trata a Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, incidente sobre o resultado apurado no período-base encerrado em 31 de dezembro de 1988;
- II - ao empréstimo compulsório instituído pelo Decreto-Lei nº 2.288, de 23 de julho de 1986, sobre a aquisição de veículos automotores e de combustível;
- III - à contribuição ao Fundo de Investimento Social - Finsocial, exigida das empresas exclusivamente vendedoras de mercadorias e mistas, com fundamento no art. 9º da Lei nº 7.689, de 1988, na alíquota superior a 0,5% (cinco décimos por cento), conforme Leis nºs 7.787, de 30 de junho de 1989, 7.894, de 24 de novembro de 1989, e 8.147, de 28 de dezembro de 1990, acrescida do adicional de 0,1% (um décimo por cento) sobre os fatos geradores relativos ao exercício de 1988, nos termos do art. 22 do Decreto-Lei nº 2.397, de 21 de dezembro de 1987;
- IV - ao imposto provisório sobre a movimentação ou a transmissão de valores e de créditos e direitos de natureza financeira - IPMF, instituído pela Lei Complementar nº 77, de 13 de julho de 1993, relativo ao ano-base 1993, e às imunidades previstas no art. 150, inciso VI, alíneas "a", "b", "c" e "d", da Constituição;
- V - à taxa de licenciamento de importação, exigida nos termos do art. 10 da Lei nº 2.145, de 29 de dezembro de 1953, com a redação da Lei nº 7.690, de 15 de dezembro de 1988;
- VI - à sobretarifa ao Fundo Nacional de Telecomunicações;
- VII - ao adicional de tarifa portuária, salvo em se tratando de operações de importação e exportação de mercadorias quando objeto de comércio de navegação de longo curso;
- VIII - à parcela da contribuição ao Programa de Integração Social exigida na forma do Decreto-Lei nº 2.445, de 29 de junho de 1988, e do Decreto-Lei nº 2.449, de 21 de julho de 1988, na parte que exceda o valor devido com fulcro na Lei Complementar nº 7, de 7 de setembro de 1970, e alterações posteriores;
- IX - à contribuição para o financiamento da seguridade social - Cofins, nos termos do art. 7º da Lei Complementar nº 70, de 30 de dezembro de 1991, com a redação dada pelo art. 1º da Lei Complementar nº 85, de 15 de fevereiro de 1996.

§ 1º Ficam cancelados os débitos inscritos em Dívida Ativa da União, de valor consolidado igual ou inferior a R\$ 100,00 (cem reais).

§ 2º Os autos das execuções fiscais dos débitos de que trata este artigo serão arquivados mediante despacho do juiz, ciente o Procurador da Fazenda Nacional, salvo a existência de valor remanescente relativo a débitos legalmente exigíveis.

§ 3º O disposto neste artigo não implicará restituição ex officio de quantia paga.

**Art. 19.** Fica a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional autorizada a não interpor recurso ou a desistir do que tenha sido interposto, desde que inexista outro fundamento relevante, na hipótese de a decisão versar sobre:

- I - matérias de que trata o art. 18;
- II - matérias que, em virtude de jurisprudência pacífica do Supremo Tribunal Federal, ou do Superior Tribunal de Justiça, sejam objeto de ato declaratório do Procurador-Geral da Fazenda Nacional, aprovado pelo Ministro de Estado da Fazenda.

§ 1º Nas matérias de que trata este artigo, o Procurador da Fazenda Nacional que atuar no feito deverá manifestar expressamente o seu desinteresse em recorrer.

§ 2º A sentença, ocorrendo a hipótese do § 1, não se subordinará ao duplo grau de jurisdição obrigatório.

§ 3º Encontrando-se o processo no Tribunal, poderá o relator da remessa negar-lhe seguimento, desde que, intimado o Procurador da Fazenda Nacional, haja manifestação de desinteresse.

§ 4º Fica o Secretário da Receita Federal autorizado a determinar que não sejam constituídos créditos tributários relativos às matérias de que trata o inciso II.

§ 5º Na hipótese de créditos tributários constituídos antes da determinação prevista no § 4, a autoridade lançadora deverá rever de ofício o lançamento, para efeito de alterar total ou parcialmente o crédito tributário, conforme o caso.

**Art. 20.** Serão arquivados, sem baixa na distribuição, os autos das execuções fiscais de débitos inscritos como Dívida Ativa da União pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional ou por ela cobrados, de valor consolidado igual ou inferior a R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais).

§ 1º Os autos de execução a que se refere este artigo serão reativados quando os valores dos débitos ultrapassarem os limites indicados.

§ 2º Serão extintas as execuções que versem exclusivamente sobre honorários devidos à Fazenda Nacional de valor igual ou inferior a 100 Ufirs (cem Unidades Fiscais de Referência).

§ 3º O disposto neste artigo não se aplica às execuções relativas à contribuição para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

**Art. 21.** Fica isento do pagamento dos honorários de sucumbência o autor da demanda de natureza tributária, proposta contra a União (Fazenda Nacional), que desistir da ação e renunciar ao direito sobre que ela se funda, desde que:

I - a decisão proferida no processo de conhecimento não tenha transitado em julgado;

II - a renúncia e o pedido de conversão dos depósitos judiciais em renda da União sejam protocolizados até 15 de setembro de 1997.

**Art. 22.** O pedido poderá ser homologado pelo juiz, pelo relator do recurso, ou pelo presidente do tribunal, ficando extinto o crédito tributário, até o limite dos depósitos convertidos.

§ 1º Na hipótese de a homologação ser da competência do relator ou do presidente do tribunal, incumbirá ao autor peticionar ao juiz de primeiro grau que houver apreciado o feito, informando a homologação da renúncia para que este determine, de imediato, a conversão dos depósitos em renda da União, independentemente do retorno dos autos do processo ou da respectiva ação cautelar à vara de origem.

§ 2º A petição de que trata o § 1º deverá conter o número da conta a que os depósitos estejam vinculados e virá acompanhada de cópia da página do órgão oficial onde tiver sido publicado o ato homologatório.

§ 3º Com a renúncia da ação principal deverão ser extintas todas as ações cautelares a ela vinculadas, nas quais não será devida verba de sucumbência.

**Art. 23.** O ofício para que o depositário proceda à conversão de depósito em renda deverá ser expedido no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contado da data do despacho judicial que acolher a petição.

**Art. 24.** As pessoas jurídicas de direito público são dispensadas de autenticar as cópias reprográficas de quaisquer documentos que apresentem em juízo.

**Art. 25.** O termo de inscrição em Dívida Ativa da União, a Certidão de Dívida Ativa dele extraída e a petição inicial em processo de execução fiscal poderão ser subscritos manualmente, ou por chancela mecânica ou eletrônica, observadas as disposições legais. Parágrafo único. O disposto no caput deste artigo aplica-se, também, à inscrição em Dívida Ativa e à cobrança judicial da contribuição, multas e demais encargos previstos na legislação respectiva, relativos ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

**Art. 26.** Fica suspensa a restrição para transferência de recursos federais a Estados, Distrito Federal e Municípios destinados à execução de ações sociais e ações em faixa de fronteira, em decorrência de inadimplementos objeto de registro no Cadin e no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - Siafi.

§ 1º Na transferência de recursos federais prevista no caput, ficam os Estados, o Distrito Federal e os Municípios dispensados da apresentação de certidões exigidas em leis, decretos e outros atos normativos.

§ 2º Não se aplica o disposto neste artigo aos débitos junto ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

§ 3º Os débitos para com a Fazenda Nacional, vencidos até 31 de maio de 1996, não inscritos na Dívida Ativa da União, de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas entidades da administração indireta, decorrentes, exclusivamente, de convênios celebrados com a União, poderão ser parcelados nas seguintes condições:

I - o pedido de parcelamento deverá ser encaminhado, até 31 de agosto de 1998, ao órgão gestor do convênio inadimplido, que o submeterá à Secretaria do Tesouro Nacional com manifestação sobre a conveniência do atendimento do pleito;

II - o pedido deverá ser instruído com autorização legislativa específica, inclusive quanto à vinculação das receitas próprias do beneficiário ou controlador e das quotas de repartição dos tributos a que se referem os arts. 155, 156, 157, 158 e 159, incisos I, alíneas "a" e "c", e II, da Constituição;

III - o débito objeto do parcelamento será consolidado na data da concessão;

IV - o parcelamento será formalizado pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional mediante a celebração de contrato de confissão, consolidação e parcelamento de dívida, com a interveniência do Banco do Brasil S.A., na qualidade de Agente Financeiro do Tesouro Nacional, nos termos de convênio a ser celebrado com a União;

V - o vencimento da primeira prestação será 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato de parcelamento;

VI - o pedido de parcelamento constitui confissão irretratável de dívida, mas a exatidão do valor dele constante poderá ser objeto de verificação.

§ 4º Aos contratos celebrados nas condições estabelecidas no § 3º aplica-se o disposto no art. 13 desta Lei.

**Art. 27.** Não cabe recurso de ofício das decisões prolatadas, pela autoridade fiscal da jurisdição do sujeito passivo, em processos relativos a restituição de impostos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal e a ressarcimento de créditos do Imposto sobre Produtos Industrializados.

**Art. 28.** O inciso II do art. 3º da Lei nº 8.748, de 9 de dezembro de 1993, passa a ter a seguinte redação:

"II - julgar recurso voluntário de decisão de primeira instância nos processos relativos a restituição de impostos e contribuições e a ressarcimento de créditos do Imposto sobre Produtos Industrializados." (NR)

**Art. 29.** Os débitos de qualquer natureza para com a Fazenda Nacional e os decorrentes de contribuições arrecadadas pela União, constituídos ou não, cujos fatos geradores tenham ocorrido até 31 de dezembro de 1994, que não hajam sido objeto de parcelamento requerido até 31 de agosto de 1995, expressos em quantidade de Ufir, serão reconvertidos para real, com base no valor daquela fixado para 1º de janeiro de 1997.

§ 1º A partir de 1º de janeiro de 1997, os créditos apurados serão lançados em reais.

§ 2º Para fins de inscrição dos débitos referidos neste artigo em Dívida Ativa da União, deverá ser informado à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional o valor originário dos mesmos, na moeda vigente à época da ocorrência do fato gerador da obrigação.

§ 3º Observado o disposto neste artigo, bem assim a atualização efetuada para o ano de 2000, nos termos do art. 75 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, fica extinta a Unidade de Referência Fiscal - Ufir, instituída pelo art. 1º da Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991.

**Art. 30.** Em relação aos débitos referidos no art. 29, bem como aos inscritos em Dívida Ativa da União, passam a incidir, a partir de 1º de janeiro de 1997, juros de mora equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - Selic para títulos federais, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) no mês de pagamento.

**Art. 31.** Ficam dispensados a constituição de créditos da Comissão de Valores Mobiliários

- CVM, a inscrição na sua Dívida Ativa e o ajuizamento da respectiva execução fiscal, bem assim cancelados o lançamento e a inscrição relativamente:

I - à taxa de fiscalização e seus acréscimos, de que trata a Lei nº 7.940, de 20 de dezembro de 1989, devida a partir de 1º de janeiro de 1990 àquela autarquia, pelas companhias fechadas beneficiárias de incentivos fiscais;

II - às multas cominatórias que tiverem sido aplicadas a essas companhias nos termos da Instrução CVM nº 92, de 8 de dezembro de 1988.

§ 1º O disposto neste artigo somente se aplica àquelas companhias que tenham patrimônio líquido igual ou inferior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), conforme demonstrações financeiras do último exercício social, devidamente auditadas por auditor independente registrado na CVM e procedam ao cancelamento do seu registro na CVM, mediante oferta pública de aquisição da totalidade desses títulos, nos termos do art. 20 e seguintes da Instrução CVM nº 265, de 18 de julho de 1997, caso tenham ações disseminadas no mercado, em 31 de outubro de 1997.

§ 2º Os autos das execuções fiscais dos débitos de que trata este artigo serão arquivados mediante despacho do juiz, ciente o Procurador da CVM, salvo a existência de valor remanescente relativo a débitos legalmente exigíveis.

§ 3º O disposto neste artigo não implicará restituição de quantias pagas.

**Art. 32.** O art. 33 do Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, que, por delegação do Decreto-Lei nº 822, de 5 de setembro de 1969, regula o processo administrativo de determinação e exigência de créditos tributários da União, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 33....."

§ 1º No caso de provimento a recurso de ofício, o prazo para interposição de recurso voluntário começará a fluir da ciência, pelo sujeito passivo, da decisão proferida no julgamento do recurso de ofício.

§ 2º Em qualquer caso, o recurso voluntário somente terá seguimento se o recorrente arrolar bens e direitos de valor equivalente a 30% (trinta por cento) da exigência fiscal definida na decisão, limitado o arrolamento, sem prejuízo do seguimento do recurso, ao total do ativo permanente se pessoa jurídica ou ao patrimônio se pessoa física.

§ 3º O arrolamento de que trata o § 2º será realizado preferencialmente sobre bens imóveis.

§ 4º O Poder Executivo editará as normas regulamentares necessárias à operacionalização do arrolamento previsto no § 2." (NR)

**Art. 33. (VETADO)**

**Art. 34.** Fica acrescentado o seguinte parágrafo ao art. 98 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991:

"§ 11. O disposto neste artigo aplica-se às execuções fiscais da Dívida Ativa da União." (NR)

**Art. 35.** As certidões expedidas pelos órgãos da administração fiscal e tributária poderão ser emitidas pela internet (rede mundial de computadores) com as seguintes características:

I - serão válidas independentemente de assinatura ou chancela de servidor dos órgãos emissores;

II - serão instituídas pelo órgão emissor mediante ato específico publicado no Diário Oficial da União onde conste o modelo do documento.

**Art. 36.** O inciso II do art. 11 da Lei nº 9.641, de 25 de maio de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

"II - o pagamento da gratificação será devido até que seja definida e implementada a estrutura de apoio administrativo da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional."

....." (NR)

**Art. 37.** Os créditos do Banco Central do Brasil, provenientes de multas administrativas, não pagos nos prazos previstos, serão acrescidos de:

I - juros de mora, contados do primeiro dia do mês subsequente ao do vencimento, equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - Selic para os títulos federais, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) no mês de pagamento;

II - multa de mora de 2% (dois por cento), a partir do primeiro dia após o vencimento do débito, acrescida, a cada 30 (trinta) dias, de igual percentual, até o limite de 20% (vinte por cento), incidente sobre o valor atualizado.

§ 1º Os juros de mora e a multa de mora, incidentes sobre os créditos provenientes de multas impostas em processo administrativo punitivo que, em razão de recurso, tenham sido confirmadas pela instância superior, contam-se do vencimento da obrigação, previsto na intimação da decisão de primeira instância.

§ 2º Os créditos referidos no caput poderão ser parcelados em até 30 (trinta) parcelas mensais, a exclusivo critério do Banco Central do Brasil, na forma e condições por ele estabelecidas.

**Art. 38.** Ficam convalidados os atos praticados com base na Medida Provisória nº 2.176-79, de 23 de agosto de 2001.

**Art. 39.** Ficam revogados o art. 11 do Decreto-Lei nº 352, de 17 de junho de 1968, e alterações posteriores; o art. 10 do Decreto-Lei nº 2.049, de 1º de agosto de 1983; o art. 11 do Decreto-Lei nº 2.052, de 3 de agosto de 1983; o art. 11 do Decreto-Lei nº 2.163, de 19 de setembro de 1984; os arts. 91, 93 e 94 da Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995.

**Art. 40.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 19 de julho de 2002; 181º da Independência e 114º da República.

**FERNANDO HENRIQUE CARDOSO**

Pedro Malan



Ratifico a decisão de V. Sa. nos termos da comunicação supra por atender aos requisitos legais.

São Luís, 8 de julho de 2003  
Desembargador **JOSE EVANDRO DE SOUZA**  
Presidente

(Of. El. n° 80/2003)

## 24ª REGIÃO

### DESPACHO DO PRESIDENTE Em 8 de julho de 2003

Processo TRT n. 1496/2003

Reconheço a inexigibilidade de licitação para a despesa referente à participação do Exmo. Juiz Orlandi Guedes de Oliveira no evento "V Jornadas Brasileiras de Direito Processual Civil", junto ao Instituto Brasileiro de Ensino e Pesquisa S/C, no valor de R\$ 690,00 (seiscientos e noventa reais), consoante previsto no inciso II, do artigo 25, combinado com o inciso VI, do artigo 13, da Lei n. 8666, de 21 de junho de 1993.

Juiz **JOÃO DE DEUS GOMES DE SOUZA**

(Of. El. n° 87/2003)

## Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

### CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM

#### RESOLUÇÃO N° 278, DE 16 DE JUNHO DE 2003

Dispõe sobre sutura efetuada por profissional de enfermagem.

O Plenário do Conselho Federal de Enfermagem - COFEN, no uso das suas atribuições legais e regimentais, CONSIDERANDO a Lei n° 5.905/73, artigo 8°, IV e V; CONSIDERANDO a Lei n° 7.498/86 e seu Decreto Regulamentador n° 94.406/87; CONSIDERANDO o Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem, aprovado pela Resolução COFEN n° 240/2000, em seu artigo 51; CONSIDERANDO o deliberado na Reunião Ordinária do Plenário n° 311; resolve: Art. 1° - É vedado ao profissional de Enfermagem a realização de suturas. Parágrafo único: Não se aplica ao disposto no caput deste artigo as situações de urgência, na qual, efetivamente haja iminente e grave risco de vida, não podendo tal exceção aplicar-se a situações previsíveis e rotineiras. Art. 2° - Ocorrendo o previsto no parágrafo único do artigo 1°, obrigatoriamente deverá ser elaborado Relatório circunstanciado e minucioso, onde deve constar todos os aspectos que envolveram a situação de urgência, que levou a ser praticado o ato, vedado pelo artigo 1°. Art. 3° - É ato de enfermagem, quando praticado por Enfermeiro Obstetra, a episiorrafia. Art. 4° - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

**GILBERTO LINHARES TEIXEIRA**  
COREN-RJ n° 2380  
Presidente do Conselho

**CARMEM DE ALMEIDA DA SILVA**  
COREN-SP n° 2254

no us  
a Lei  
7.498  
RANI  
vado  
SIDEI  
gem s  
dinária  
Profiss  
rágraf  
situaç  
risco  
visível  
de sua

no uso  
a Lei n°  
7.498/86  
RANDO  
vado pel  
SIDERA  
fermagem  
Plenário  
Enfermag  
mais de  
legais, P  
deverá es

BALANC  
EXERCIC

RECEITA  
TITULOS  
RECEITA OI  
RECEITAS  
Receita de C  
Receita Pami  
Receita de Se  
Outras Receit  
RECEITA EM  
Devedores da  
Restos a Paga  
Consignações  
Credores da E  
Entidades Pa

GILBERTO LINHA  
COREN-  
Presidente

CARMEM DE ALMEIDA  
COREN-  
Primeira-Secretária

RESOLUÇÃO Nº 279, DE 16 DE

Dispõe sobre a  
locação e retirada  
calha gessada, por  
gem.

O Plenário do Conselho Federal de Odontologia, no uso das suas atribuições legais e regimentais, de acordo com a Lei nº 5.905/73, artigo 8º, IV e V; COBEN nº 7.498/86 e seu Decreto Regulamentador nº 1.000/86; CONSIDERANDO o Código de Ética dos Profissionais de Odontologia aprovado pela Resolução COFEN nº 240/2000, e o Parecer nº 282/91, em especial, o Parecer de Relator nº 311; CONSIDERANDO o deliberado na Reunião Ordinária de 15 de maio de 2000, resolve: Art. 1º - É defeso ao Profissional de Odontologia a realização de confecção, colocação e retirada de calha gessada. Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

GILBERTO LINHA  
COREN-RI  
Presidente do Conselho

CARMEM DE ALMEIDA  
COREN-SP  
Primeira-Secretária

Ratifico a decisão de V. Sa. nos termos da comunicação supra por atender aos requisitos legais.

São Luís, 8 de julho de 2003  
Desembargador **JOSE EVANDRO DE SOUZA**  
Presidente

(Of. El. nº 80/2003)

### 24ª REGIÃO

#### DESPACHO DO PRESIDENTE

Em 8 de julho de 2003

Processo TRT n. 1496/2003

Reconheço a inexigibilidade de licitação para a despesa referente à participação do Exmo. Juiz Orlandi Guedes de Oliveira no evento "V Jornadas Brasileiras de Direito Processual Civil", junto ao Instituto Brasileiro de Ensino e Pesquisa S/C, no valor de R\$ 690,00 (seiscentos e noventa reais), consoante previsto no inciso II, do artigo 25, combinado com o inciso VI, do artigo 13, da Lei n. 8666, de 21 de junho de 1993.

Juiz **JOÃO DE DEUS GOMES DE SOUZA**

(Of. El. nº 87/2003)

## Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

### CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM

#### RESOLUÇÃO Nº 278, DE 16 DE JUNHO DE 2003

Dispõe sobre sutura efetuada por profissional de enfermagem.

O Plenário do Conselho Federal de Enfermagem - COFEN, no uso das suas atribuições legais e regimentais, CONSIDERANDO a Lei nº 5.905/73, artigo 8º, IV e V; CONSIDERANDO a Lei nº 7.498/86 e seu Decreto Regulamentador nº 94.406/87; CONSIDERANDO o Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem, aprovado pela Resolução COFEN nº 240/2000, em seu artigo 51; CONSIDERANDO o deliberado na Reunião Ordinária do Plenário nº 311; resolve: Art. 1º - É vedado ao profissional de Enfermagem a realização de suturas. Parágrafo único: Não se aplica ao disposto no caput deste artigo as situações de urgência, na qual, efetivamente haja iminente e grave risco de vida, não podendo tal exceção aplicar-se a situações previsíveis e rotineiras. Art. 2º - Ocorrendo o previsto no parágrafo único do artigo 1º, obrigatoriamente deverá ser elaborado Relatório circunstanciado e minucioso, onde deve constar todos os aspectos que envolveram a situação de urgência, que levou a ser praticado o ato, vedado pelo artigo 1º. Art. 3º - É ato de enfermagem, quando praticado por Enfermeiro Obstetra, a episiorrafia. Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

**GILBERTO LINHARES TEIXEIRA**  
COREN-RJ nº 2380  
Presidente do Conselho

**CARMEM DE ALMEIDA DA SILVA**  
COREN-SP nº 2254  
Primeira-Secretária

#### RESOLUÇÃO Nº 279, DE 16 DE JUNHO DE 2003

#### RESOLUÇÃO Nº 280, DE 16 DE JUNHO DE 2003

Dispõe sobre a proibição de profissional de enfermagem em auxiliar procedimentos cirúrgicos.

O Plenário do Conselho Federal de Enfermagem - COFEN, no uso das suas atribuições legais e regimentais, CONSIDERANDO a Lei nº 5.905/73, artigo 8º, IV e V; CONSIDERANDO a Lei nº 7.498/86 e seu Decreto Regulamentador nº 94.406/87; CONSIDERANDO o Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem, aprovado pela Resolução COFEN nº 240/2000, em seu artigo 51; CONSIDERANDO vários questionamentos de Profissionais de Enfermagem sobre a matéria; CONSIDERANDO deliberado da Reunião Ordinária do Plenário nº 311; resolve: Art. 1º - É vedado a qualquer Profissional de Enfermagem a função de Auxiliar de Cirurgia. Parágrafo único: Não se aplica ao previsto no caput deste artigo as situações de urgência, na qual, efetivamente haja iminente e grave risco de vida, não podendo tal exceção aplicar-se a situações previsíveis e rotineiras. Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

**GILBERTO LINHARES TEIXEIRA**  
COREN-RJ nº 2380  
Presidente do Conselho

**CARMEM DE ALMEIDA DA SILVA**  
COREN-SP nº 2254  
Primeira-Secretária

#### RESOLUÇÃO Nº 281, DE 16 DE JUNHO DE 2003

Dispõe sobre a repetição/cumprimento da prescrição medicamentosa por profissional da área de saúde.

O Plenário do Conselho Federal de Enfermagem - COFEN, no uso das suas atribuições legais e regimentais, CONSIDERANDO a Lei nº 5.905/73, artigo 8º, IV e V; CONSIDERANDO a Lei nº 7.498/86 e seu Decreto Regulamentador nº 94.406/87; CONSIDERANDO o Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem, aprovado pela Resolução COFEN nº 240/2000, em seu artigo 51; CONSIDERANDO várias situações vivenciadas por profissionais de enfermagem; CONSIDERANDO deliberado na Reunião Ordinária do Plenário nº 311; resolve: Art. 1º - É vedado a qualquer Profissional de Enfermagem executar a repetição de prescrição de medicamentos, por mais de 24 horas, salvo quando a mesma é validada nos termos legais. Parágrafo único: A situação de exceção prevista no caput, deverá estar especificada por escrito, pelo profissional responsável

#### ANEXO

#### BALANÇO FINANCEIRO EXERCÍCIO DE 2002

RECEITA	R\$
TÍTULOS	
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	
RECEITAS CORRENTES	
Receita de Contribuições	1.884.775,92
Receita Patrimonial	57.100,80
Receita de Serviços	600.610,28
Outras Receitas Correntes	107.629,80
RECEITA EXTRA- ORÇAMENTARIA	
Devedores da Entidade	
Restos a Pagar	
Consignações	
Credores da Entidade	
Entidades Públicas Credoras	
Despesas de Pessoal a Pagar	
SALDOS DO EXERCÍCIO ANTERIOR	
Disponível	
Bancos, C/ Movimento	
Bancos, C/Aplicação Financeira	

evento "V Jornadas Brasileiras de Direito Processual Civil", junto ao Instituto Brasileiro de Ensino e Pesquisa S/C, no valor de R\$ 690,00 (seiscentos e noventa reais), consoante previsto no inciso II, do artigo 25, combinado com o inciso VI, do artigo 13, da Lei n. 8666, de 21 de junho de 1993.

Juiz JOÃO DE DEUS GOMES DE SOUZA

(Of. El. n° 87/2003)

## Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

### CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM

#### RESOLUÇÃO N° 278, DE 16 DE JUNHO DE 2003

Dispõe sobre sutura efetuada por profissional de enfermagem.

O Plenário do Conselho Federal de Enfermagem - COFEN, no uso das suas atribuições legais e regimentais, CONSIDERANDO a Lei n° 5.905/73, artigo 8°, IV e V; CONSIDERANDO a Lei n° 7.498/86 e seu Decreto Regulamentador n° 94.406/87; CONSIDERANDO o Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem, aprovado pela Resolução COFEN n° 240/2000, em seu artigo 51; CONSIDERANDO o deliberado na Reunião Ordinária do Plenário n° 311; resolve: Art. 1° - É vedado ao profissional de Enfermagem a realização de suturas. Parágrafo único: Não se aplica ao disposto no caput deste artigo as situações de urgência, na qual, efetivamente haja iminente e grave risco de vida, não podendo tal exceção aplicar-se a situações previsíveis e rotineiras. Art. 2° - Ocorrendo o previsto no parágrafo único do artigo 1°, obrigatoriamente deverá ser elaborado Relatório circunstanciado e minucioso, onde deve constar todos os aspectos que envolveram a situação de urgência, que levou a ser praticado o ato, vedado pelo artigo 1°. Art. 3° - É ato de enfermagem, quando praticado por Enfermeiro Obstetra, a episiorrafia. Art. 4° - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

GILBERTO LINHARES TEIXEIRA  
COREN-RJ n° 2380  
Presidente do Conselho

CARMEM DE ALMEIDA DA SILVA  
COREN-SP n° 2254  
Primeira-Secretária

#### RESOLUÇÃO N° 279, DE 16 DE JUNHO DE 2003

Dispõe sobre a vedação da confecção, colocação e retirada de aparelho de gesso e calha gessada, por profissional de enfermagem.

O Plenário do Conselho Federal de Enfermagem - COFEN, no uso das suas atribuições legais e regimentais, CONSIDERANDO a Lei n° 5.905/73, artigo 8°, IV e V; CONSIDERANDO a Lei n° 7.498/86 e seu Decreto Regulamentador n° 94.406/87; CONSIDERANDO o Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem, aprovado pela Resolução COFEN n° 240/2000, em seus artigos 16 e 51; CONSIDERANDO tudo o que mais consta no PAD COFEN n° 282/91, em especial, o Parecer de Relator n° 021, de 20/04/1994; CONSIDERANDO o deliberado na Reunião Ordinária do Plenário n° 311; resolve: Art. 1° - É defeso ao Profissional de Enfermagem a realização de confecção, colocação e retirada de aparelho de gesso e calha gessada. Art. 2° - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

GILBERTO LINHARES TEIXEIRA

no uso  
a Lei n  
7.498/8  
RANDO  
vado pe  
SIDER  
fermag  
Plenário  
Enferm  
mais de  
legais.  
deverá

BALAN  
EXERC

RECEITA  
TITULOS  
RECEITA  
RECEITA  
Receita d  
Receita P  
Receita d  
Outras R  
RECEITA  
Devedore  
Restos a  
Consigna  
Credores  
Entidade  
Despesas  
SALDOS  
Disponív  
Bancos,  
Bancos.

TOTAL  
DESPES  
TITULO  
DESPES  
DESPES  
Despesas  
Transferê  
DESPES  
Investim  
Inversões  
DESPES  
Devedore  
Restos a  
Consigna  
Credores  
Entidade  
Despesa  
SALDOS  
Disponív  
Bancos,  
Bancos.  
TOTAL

Ratifico a decisão de V. Sa. nos termos da comunicação supra por atender aos requisitos legais.

São Luís, 8 de julho de 2003  
Desembargador JOSÉ EVANDRO DE SOUZA  
Presidente

(Of. El. n° 80/2003)

## 24ª REGIÃO

### DESPACHO DO PRESIDENTE

Em 8 de julho de 2003

Processo TRT n. 1496/2003

Reconheço a inexigibilidade de licitação para a despesa referente à participação do Exmo. Juiz Orlandi Guedes de Oliveira no evento "V Jornadas Brasileiras de Direito Processual Civil", junto ao Instituto Brasiliense de Ensino e Pesquisa S/C, no valor de R\$ 690,00 (seiscentos e noventa reais), consoante previsto no inciso II, do artigo 25, combinado com o inciso VI, do artigo 13, da Lei n. 8666, de 21 de junho de 1993.

Juiz JOÃO DE DEUS GOMES DE SOUZA

(Of. El. n° 87/2003)

## Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

### CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM

#### RESOLUÇÃO N° 278, DE 16 DE JUNHO DE 2003

Dispõe sobre sutura efetuada por profissional de enfermagem.

O Plenário do Conselho Federal de Enfermagem - COFEN, no uso das suas atribuições legais e regimentais, CONSIDERANDO a Lei n° 5.905/73, artigo 8°, IV e V; CONSIDERANDO a Lei n° 7.498/86 e seu Decreto Regulamentador n° 94.406/87; CONSIDERANDO o Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem, aprovado pela Resolução COFEN n° 240/2000, em seu artigo 51; CONSIDERANDO o deliberado na Reunião Ordinária do Plenário n° 311; resolve: Art. 1° - É vedado ao profissional de Enfermagem a realização de suturas. Parágrafo único: Não se aplica ao disposto no caput deste artigo as situações de urgência, na qual, efetivamente haja iminente e grave risco de vida, não podendo tal exceção aplicar-se a situações previsíveis e rotineiras. Art. 2° - Ocorrendo o previsto no parágrafo único do artigo 1°, obrigatoriamente deverá ser elaborado Relatório circunstanciado e minucioso, onde deve constar todos os aspectos que envolveram a situação de urgência, que levou a ser praticado o ato, vedado pelo artigo 1°. Art. 3° - É ato de enfermagem, quando praticado por Enfermeiro Obstetra, a episiorrafia. Art. 4° - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

GILBERTO LINHARES TEIXEIRA  
COREN-RJ n° 2380  
Presidente do Conselho

CARMEM DE ALMEIDA DA SILVA  
COREN-SP n° 2254  
Primeira-Secretária

#### RESOLUÇÃO N° 279, DE 16 DE JUNHO DE 2003

#### RESOLUÇÃO N° 280, DE 16 DE JUNHO DE 2003

Dispõe sobre a proibição de profissional de enfermagem em auxiliar procedimentos cirúrgicos.

O Plenário do Conselho Federal de Enfermagem - COFEN, no uso das suas atribuições legais e regimentais, CONSIDERANDO a Lei n° 5.905/73, artigo 8°, IV e V; CONSIDERANDO a Lei n° 7.498/86 e seu Decreto Regulamentador n° 94.406/87; CONSIDERANDO o Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem, aprovado pela Resolução COFEN n° 240/2000, em seu artigo 51; CONSIDERANDO vários questionamentos de Profissionais de Enfermagem sobre a matéria; CONSIDERANDO deliberado da Reunião Ordinária do Plenário n° 311; resolve: Art. 1° - É vedado a qualquer Profissional de Enfermagem a função de Auxiliar de Cirurgia. Parágrafo único: Não se aplica ao previsto no caput deste artigo as situações de urgência, na qual, efetivamente haja iminente e grave risco de vida, não podendo tal exceção aplicar-se a situações previsíveis e rotineiras. Art. 2° - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

GILBERTO LINHARES TEIXEIRA  
COREN-RJ n° 2380  
Presidente do Conselho

CARMEM DE ALMEIDA DA SILVA  
COREN-SP n° 2254  
Primeira-Secretária

#### RESOLUÇÃO N° 281, DE 16 DE JUNHO DE 2003

Dispõe sobre a repetição/cumprimento da prescrição medicamentosa por profissional da área de saúde.

O Plenário do Conselho Federal de Enfermagem - COFEN, no uso das suas atribuições legais e regimentais, CONSIDERANDO a Lei n° 5.905/73, artigo 8°, IV e V; CONSIDERANDO a Lei n° 7.498/86 e seu Decreto Regulamentador n° 94.406/87; CONSIDERANDO o Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem, aprovado pela Resolução COFEN n° 240/2000, em seu artigo 51; CONSIDERANDO várias situações vivenciadas por profissionais de enfermagem; CONSIDERANDO deliberado na Reunião Ordinária do Plenário n° 311; resolve: Art. 1° - É vedado a qualquer Profissional de Enfermagem executar a repetição de prescrição de medicamentos, por mais de 24 horas, salvo quando a mesma é validada nos termos legais. Parágrafo único: A situação de exceção prevista no caput, deverá estar especificada por escrito, pelo profissional responsável

#### ANEXO

#### BALANÇO FINANCEIRO EXERCÍCIO DE 2002

RECEITA	R\$
TÍTULOS	
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	
RECEITAS CORRENTES	
Receita de Contribuições	1.884.775,92
Receita Patrimonial	57.100,80
Receita de Serviços	600.610,28
Outras Receitas Correntes	107.629,80
RECEITA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	
Devedores da Entidade	
Restos a Pagar	
Consignações	
Credores da Entidade	
Entidades Públicas Credoras	
Despesas de Pessoal a Pagar	
SALDOS DO EXERCÍCIO ANTERIOR	
Disponível	
Bancos, C/ Movimento	
Bancos, C/Aplicação Financeira	

Ratifico a decisão de V. Sa. nos termos da comunicação supra por atender aos requisitos legais.

São Luís, 8 de julho de 2003  
Desembargador JOSÉ EVANDRO DE SOUZA  
Presidente

(Of. El. nº 80/2003)

24ª REGIÃO

DESPACHO DO PRESIDENTE  
Em 8 de julho de 2003

Processo TRT n. 1496/2003

Reconheço a inexigibilidade de licitação para a despesa referente à participação do Exmo. Juiz Orlândi Guedes de Oliveira no evento "V Jornadas Brasileiras de Direito Processual Civil", junto Instituto Brasileiro de Ensino e Pesquisa S/C, no valor de R\$ 690, (seiscentos e noventa reais), consoante previsto no inciso II, do artigo 25, combinado com o inciso VI, do artigo 13, da Lei n. 8666, de 21 de junho de 1993.

Juiz JOÃO DE DEUS GOMES DE SOUZA

(Of. El. nº 87/2003)

## Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

### CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM

#### RESOLUÇÃO Nº 278, DE 16 DE JUNHO DE 2003

Dispõe sobre sutura efetuada por profissional de enfermagem.

O Plenário do Conselho Federal de Enfermagem - COFEN, no uso das suas atribuições legais e regimentais, CONSIDERANDO a Lei nº 5.905/73, artigo 8º, IV e V; CONSIDERANDO a Lei nº 7.498/86 e seu Decreto Regulamentador nº 94.406/87; CONSIDERANDO o Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem, aprovado pela Resolução COFEN nº 240/2000, em seu artigo 51; CONSIDERANDO o deliberado na Reunião Ordinária do Plenário nº 311, resolve: Art. 1º - É vedado ao profissional de Enfermagem a realização de suturas. Parágrafo único: Não se aplica ao disposto no caput deste artigo as situações de urgência, na qual, efetivamente haja iminente e grave risco de vida, não podendo tal exceção aplicar-se a situações previsíveis e rotineiras. Art. 2º - Ocorrendo o previsto no parágrafo único do artigo 1º, obrigatoriamente deverá ser elaborado Relatório circunstanciado e minucioso, onde deve constar todos os aspectos que envolveram a situação de urgência, que levou a ser praticado o ato, vedado pelo artigo 1º. Art. 3º - É ato de enfermagem quando praticado por Enfermeiro Obstetra, a episiorrafia. Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GILBERTO LINHARES TEIXEIRA  
COREN-RJ nº 2380  
Presidente do Conselho

CARMEM DE ALMEIDA DA SILVA  
COREN-SP nº 2254  
Primeira-Secretária

#### RESOLUÇÃO Nº 279, DE 16 DE JUNHO DE 2003

Dispõe sobre a vedação da confecção, colocação e retirada de aparelho de gesso e calha gessada, por profissional de enfermagem.

Ratifico a decisão de V. Sa. nos termos da comunicação supra por atender aos requisitos legais.

São Luís, 8 de julho de 2003  
Desembargador **JOSÉ EVANDRO DE SOUZA**  
Presidente

(Of. El. n° 80/2003)

## 24ª REGIÃO

### DESPACHO DO PRESIDENTE Em 8 de julho de 2003

Processo TRT n. 1496/2003

Reconheço a inexigibilidade de licitação para a despesa referente à participação do Exmo. Juiz Orlandi Guedes de Oliveira no evento "V Jornadas Brasileiras de Direito Processual Civil", junto ao Instituto Brasileiro de Ensino e Pesquisa S/C, no valor de R\$ 690,00 (seiscentos e noventa reais), consoante previsto no inciso II, do artigo 25, combinado com o inciso VI, do artigo 13, da Lei n. 8666, de 21 de junho de 1993.

Juiz **JOÃO DE DEUS GOMES DE SOUZA**

(Of. El. n° 87/2003)

## Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

### CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM

#### RESOLUÇÃO N° 278, DE 16 DE JUNHO DE 2003

Dispõe sobre sutura efetuada por profissional de enfermagem.

O Plenário do Conselho Federal de Enfermagem - COFEN, no uso das suas atribuições legais e regimentais, CONSIDERANDO a Lei n° 5.905/73, artigo 8°, IV e V; CONSIDERANDO a Lei n° 7.498/86 e seu Decreto Regulamentador n° 94.406/87; CONSIDERANDO o Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem, aprovado pela Resolução COFEN n° 240/2000, em seu artigo 51; CONSIDERANDO o deliberado na Reunião Ordinária do Plenário n° 311; resolve: Art. 1° - É vedado ao profissional de Enfermagem a realização de suturas. Parágrafo único: Não se aplica ao disposto no caput deste artigo as situações de urgência, na qual, efetivamente haja iminente e grave risco de vida, não podendo tal exceção aplicar-se a situações previsíveis e rotineiras. Art. 2° - Ocorrendo o previsto no parágrafo único do artigo 1°, obrigatoriamente deverá ser elaborado Relatório circunstanciado e minucioso, onde deve constar todos os aspectos que envolveram a situação de urgência, que levou a ser praticado o ato, vedado pelo artigo 1°. Art. 3° - É ato de enfermagem, quando praticado por Enfermeiro Obstetra, a episiorrafia. Art. 4° - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

**GILBERTO LINHARES TEIXEIRA**  
COREN-RJ n° 2380  
Presidente do Conselho

**CARMEM DE ALMEIDA DA SILVA**  
COREN-SP n° 2254  
Primeira-Secretária

#### RESOLUÇÃO N° 279, DE 16 DE JUNHO DE 2003

Dispõe sobre a vedação da confecção, colocação e retirada da esmalte de

#### RESOLUÇÃO N° 280, DE 16 DE JUNHO DE 2003

Dispõe sobre a proibição de profissional de enfermagem em auxiliar procedimentos cirúrgicos.

O Plenário do Conselho Federal de Enfermagem - COFEN, no uso das suas atribuições legais e regimentais, CONSIDERANDO a Lei n° 5.905/73, artigo 8°, IV e V; CONSIDERANDO a Lei n° 7.498/86 e seu Decreto Regulamentador n° 94.406/87; CONSIDERANDO o Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem, aprovado pela Resolução COFEN n° 240/2000, em seu artigo 51; CONSIDERANDO vários questionamentos de Profissionais de Enfermagem sobre a matéria; CONSIDERANDO deliberado da Reunião Ordinária do Plenário n° 311; resolve: Art. 1° - É vedado a qualquer Profissional de Enfermagem a função de Auxiliar de Cirurgia. Parágrafo único: Não se aplica ao previsto no caput deste artigo as situações de urgência, na qual, efetivamente haja iminente e grave risco de vida, não podendo tal exceção aplicar-se a situações previsíveis e rotineiras. Art. 2° - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

**GILBERTO LINHARES TEIXEIRA**  
COREN-RJ n° 2380  
Presidente do Conselho

**CARMEM DE ALMEIDA DA SILVA**  
COREN-SP n° 2254  
Primeira-Secretária

#### RESOLUÇÃO N° 281, DE 16 DE JUNHO DE 2003

Dispõe sobre a repetição/cumprimento da prescrição medicamentosa por profissional da área de saúde.

O Plenário do Conselho Federal de Enfermagem - COFEN, no uso das suas atribuições legais e regimentais, CONSIDERANDO a Lei n° 5.905/73, artigo 8°, IV e V; CONSIDERANDO a Lei n° 7.498/86 e seu Decreto Regulamentador n° 94.406/87; CONSIDERANDO o Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem, aprovado pela Resolução COFEN n° 240/2000, em seu artigo 51; CONSIDERANDO várias situações vivenciadas por profissionais de enfermagem; CONSIDERANDO deliberado na Reunião Ordinária do Plenário n° 311; resolve: Art. 1° - É vedado a qualquer Profissional de Enfermagem executar a repetição de prescrição de medicamentos, por mais de 24 horas, salvo quando a mesma é validada nos termos legais. Parágrafo único: A situação de exceção prevista no caput, deverá estar especificada por escrito, pelo profissional responsável

#### ANEXO

#### BALANÇO FINANCEIRO EXERCÍCIO DE 2002

RECEITA	R\$
TÍTULOS	
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	
RECEITAS CORRENTES	
Receita de Contribuições	1.884.775,92
Receita Patrimonial	57.100,80
Receita de Serviços	600.610,28
Outras Receitas Correntes	107.629,80
RECEITA EXTRA- ORÇAMENTÁRIA	
Devedores da Entidade	
Restos a Pagar	
Consignações	
Credores da Entidade	
Entidades Públicas Credoras	
Despesas de Pessoal a Pagar	
SALDOS DO EXERCÍCIO ANTERIOR	
Disponível	
Bancos, C/ Movimento	
Bancos, C/Aplicação Financeira	
<b>TOTAL</b>	
<b>DESPESA</b>	

pela pre  
servando  
Art. 2° -  
haver co  
profissio  
as provi  
Instituiç  
Cópia d  
área de  
adotar a  
na data  
trário.

DEL

GIÃO - I  
criada pe  
atribuição  
tada pelo  
na 503°  
solve;

Prestação  
referente  
xo,

vogadas

Ratifico a decisão de V. Sa. nos termos da comunicação supra por atender aos requisitos legais.

São Luís, 8 de julho de 2003  
Desembargador JOSÉ EVANDRO DE SOUZA  
Presidente

(Of. El. nº 80/2003)

### 24ª REGIÃO

#### DESPACHO DO PRESIDENTE Em 8 de julho de 2003

Processo TRT n. 1496/2003

Reconheço a inexigibilidade de licitação para a despesa referente à participação do Ex. mo. Juiz Orlando Guedes de Oliveira no evento "V Jornadas Brasileiras de Direito Processual Civil", junto ao Instituto Brasileiro de Ensino e Pesquisa S/C, no valor de R\$ 690,00 (seiscentos e noventa reais), consoante previsto no inciso II, do artigo 25, combinado com o inciso VI, do artigo 13, da Lei n. 8666, de 21 de junho de 1993.

Juiz JOÃO DE DEUS GOMES DE SOUZA

(Of. El. nº 87/2003)

### Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

#### CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM

##### RESOLUÇÃO Nº 278, DE 16 DE JUNHO DE 2003

Dispõe sobre sutura efetuada por profissional de enfermagem.

O Plenário do Conselho Federal de Enfermagem - COFEN, no uso das suas atribuições legais e regimentais, CONSIDERANDO a Lei nº 5.905/73, artigo 8º, IV e V; CONSIDERANDO a Lei nº 7.498/86 e seu Decreto Regulamentador nº 94.406/87; CONSIDERANDO o Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem, aprovado pela Resolução COFEN nº 240/2000, em seu artigo 51; CONSIDERANDO o deliberado na Reunião Ordinária do Plenário nº 311; resolve: Art. 1º - É vedado ao profissional de Enfermagem a realização de suturas. Parágrafo único: Não se aplica ao disposto no caput deste artigo as situações de urgência, na qual, efetivamente haja iminente e grave risco de vida, não podendo tal exceção aplicar-se a situações previsíveis e rotineiras. Art. 2º - Ocorrendo o previsto no parágrafo único do artigo 1º, obrigatoriamente deverá ser elaborado Relatório circunstanciado e minucioso, onde deve constar todos os aspectos que envolveram a situação de urgência, que levou a ser praticado o ato, vedado pelo artigo 1º. Art. 3º - É ato de enfermagem, quando praticado por Enfermeiro Obstetra, a episiorrafia. Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

GILBERTO LINHARES TEIXEIRA  
COREN-RJ nº 2380  
Presidente do Conselho

CARMEM DE ALMEIDA DA SILVA  
COREN-SP nº 2254  
Primeira-Secretária

##### RESOLUÇÃO Nº 280, DE 16 DE JUNHO DE 2003

Dispõe sobre a proibição de profissional de enfermagem em auxiliar procedimentos cirúrgicos.

O Plenário do Conselho Federal de Enfermagem - COFEN, no uso das suas atribuições legais e regimentais, CONSIDERANDO a Lei nº 5.905/73, artigo 8º, IV e V; CONSIDERANDO a Lei nº 7.498/86 e seu Decreto Regulamentador nº 94.406/87; CONSIDERANDO o Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem, aprovado pela Resolução COFEN nº 240/2000, em seu artigo 51; CONSIDERANDO vários questionamentos de Profissionais de Enfermagem sobre a matéria; CONSIDERANDO deliberado na Reunião Ordinária do Plenário nº 311; resolve: Art. 1º - É vedado a qualquer Profissional de Enfermagem a função de Auxiliar de Cirurgia. Parágrafo único: Não se aplica ao previsto no caput deste artigo as situações de urgência, na qual, efetivamente haja iminente e grave risco de vida, não podendo tal exceção aplicar-se a situações previsíveis e rotineiras. Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

GILBERTO LINHARES TEIXEIRA  
COREN-RJ nº 2380  
Presidente do Conselho

CARMEM DE ALMEIDA DA SILVA  
COREN-SP nº 2254  
Primeira-Secretária

##### RESOLUÇÃO Nº 281, DE 16 DE JUNHO DE 2003

Dispõe sobre a repetição/cumprimento da prescrição medicamentosa por profissional da área de saúde.

O Plenário do Conselho Federal de Enfermagem - COFEN, no uso das suas atribuições legais e regimentais, CONSIDERANDO a Lei nº 5.905/73, artigo 8º, IV e V; CONSIDERANDO a Lei nº 7.498/86 e seu Decreto Regulamentador nº 94.406/87; CONSIDERANDO o Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem, aprovado pela Resolução COFEN nº 240/2000, em seu artigo 51; CONSIDERANDO várias situações vivenciadas por profissionais de enfermagem; CONSIDERANDO deliberado na Reunião Ordinária do Plenário nº 311; resolve: Art. 1º - É vedado a qualquer Profissional de Enfermagem executar a repetição de prescrição de medicamentos, por mais de 24 horas, salvo quando a mesma é validada nos termos legais. Parágrafo único: A situação de exceção prevista no caput, deverá estar especificada por escrito, pelo profissional responsável

pela pres  
servando-  
Art. 2º -  
haver con  
profissio  
as provi  
Instituição  
Cópia do  
área de a  
adotar as  
na data d  
trário.

DELIB

GIÃO - ES  
criada pela  
atribuições  
tada pelos  
na 503ª Se  
solve;  
Ar  
Prestação d  
referente a  
xo,  
Ar  
vogadas as

#### ANEXO

#### BALANÇO FINANCEIRO EXERCÍCIO DE 2002

RECEITA	R\$
TÍTULOS	
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	
RECEITAS CORRENTES	
Receita de Contribuições	1.884.775,92
Receita Patrimonial	57.100,80
Receita de Serviços	600.610,28
Outras Receitas Correntes	107.629,80
RECEITA EXTRA- ORÇAMENTARIA	
Devedores da Entidade	
Restos a Pagar	
Consignações	
Credores da Entidade	
Entidades Públicas Credoras	
Despesas de Pessoal a Pagar	
SALDOS DO EXERCÍCIO ANTERIOR	
Diagnóstico	

Reconheço a flexibilidade para a despesa referente à participação do Excmo. Juiz Orlandi Guedes de Oliveira no evento "V Jornadas Brasileiras de Direito Processual Civil", junto ao Instituto Brasileiro de Ensino e Pesquisa S/C, no valor de R\$ 690,00 (seiscentos e noventa reais), consoante previsto no inciso II, do artigo 25, combinado com o inciso VI, do artigo 13, da Lei n. 8666, de 21 de junho de 1993.

Juiz JOÃO DE DEUS GOMES DE SOUZA

(Of. El. nº 87/2003)

## Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

### CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM

#### RESOLUÇÃO Nº 278, DE 16 DE JUNHO DE 2003

Dispõe sobre sutura efetuada por profissional de enfermagem.

O Plenário do Conselho Federal de Enfermagem - COFEN, no uso das suas atribuições legais e regimentais, CONSIDERANDO a Lei nº 5.905/73, artigo 8º, IV e V; CONSIDERANDO a Lei nº 7.498/86 e seu Decreto Regulamentador nº 94.406/87; CONSIDERANDO o Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem, aprovado pela Resolução COFEN nº 240/2000, em seu artigo 51; CONSIDERANDO o deliberado na Reunião Ordinária do Plenário nº 311; resolve: Art. 1º - É vedado ao profissional de Enfermagem a realização de suturas. Parágrafo único: Não se aplica ao disposto no caput deste artigo as situações de urgência, na qual, efetivamente haja iminente e grave risco de vida, não podendo tal exceção aplicar-se a situações previsíveis e rotineiras. Art. 2º - Ocorrendo o previsto no parágrafo único do artigo 1º, obrigatoriamente deverá ser elaborado Relatório circunstanciado e minucioso, onde deve constar todos os aspectos que envolveram a situação de urgência, que levou a ser praticado o ato, vedado pelo artigo 1º. Art. 3º - É ato de enfermagem, quando praticado por Enfermeiro Obstetra, a episiorrafia. Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

GILBERTO LINHARES TEIXEIRA  
COREN-RJ nº 2380  
Presidente do Conselho

CARMEM DE ALMEIDA DA SILVA  
COREN-SP nº 2254  
Primeira-Secretária

#### RESOLUÇÃO Nº 279, DE 16 DE JUNHO DE 2003

Dispõe sobre a vedação da confecção, colocação e retirada de aparelho de gesso e calha gessada, por profissional de enfermagem.

O Plenário do Conselho Federal de Enfermagem - COFEN, no uso das suas atribuições legais e regimentais, CONSIDERANDO a Lei nº 5.905/73, artigo 8º, IV e V; CONSIDERANDO a Lei nº 7.498/86 e seu Decreto Regulamentador nº 94.406/87; CONSIDERANDO o Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem, aprovado pela Resolução COFEN nº 240/2000, em seus artigos 16 e 51; CONSIDERANDO tudo o que mais consta no PAD COFEN nº 282/91, em especial, o Parecer de Relator nº 021, de 20/04/1994; CONSIDERANDO o deliberado na Reunião Ordinária do Plenário nº 311; resolve: Art. 1º - É defeso ao Profissional de Enfermagem a realização de confecção, colocação e retirada de aparelho de gesso e calha gessada. Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

Profissional de Enfermagem a parágrafo único: Não se aplica a situações de urgência, na qual risco de vida, não podendo tal visíveis e rotineiras. Art. 2º - E de sua publicação, revogando-s

GILBE

CARME

#### RESOLUÇÃO Nº 281,

Dispõe  
prescr  
da área

O Plenário do Conselho no uso das suas atribuições legais a Lei nº 5.905/73, artigo 8º, P 7.498/86 e seu Decreto Regula RANDO o Código de Ética dos vado pela Resolução COFEN nº SIDERANDO várias situações fermagem; CONSIDERANDO Plenário nº 311; resolve: Art. 1º Enfermagem executar a repetição mais de 24 horas, salvo quando legais. Parágrafo único: A situação deverá estar especificada por e

#### BALANÇO FINANCEIRO EXERCÍCIO DE 2002

RECEITA
TÍTULOS
RECEITA ORÇAMENTÁRIA
RECEITAS CORRENTES
Receita de Contribuições
Receita Patrimonial
Receita de Serviços
Outras Receitas Correntes
RECEITA EXTRA- ORÇAMENTÁRIA
Devedores da Entidade
Restos a Pagar
Consignações
Credores da Entidade
Entidades Públicas Credoras
Despesas de Pessoal a Pagar
SALDOS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
Disponível
Bancos, C/ Movimento
Bancos, C/Aplicação Financeira

<b>TOTAL</b>
DESPESA
TÍTULOS
DESPESA ORÇAMENTÁRIA
DESPESAS CORRENTES
Despesas de Custeio
Transferências Correntes
DESPESAS DE CAPITAL
Investimentos
Inversões Financeiras
DESPESA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA
Devedores da Entidade
Restos a pagar
Consignações
Credores da Entidade
Entidades Públicas Credoras
Despesas de Pessoal a Pagar
SALDOS PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE
Disponível
Bancos, C/ Movimento
Bancos, C/Aplicação Financeira